



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 05.08.2016**

3 Ao quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às 10h30min, no auditório da
4 instituição localizada à rua Angélica, número 100, Jardim das Flores, município de Osasco,
5 realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP.
6 Sob a presidência da Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic,
7 participaram: o Vice-Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa; os
8 coordenadores de curso de graduação: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Filho, de Ciências
9 Atuariais, Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos, de Ciências Econômicas, Profa. Dra.
10 Marina Gusmão de Mendonça, vice-coordenadora de Relações Internacionais; Prof. Dr. Luis
11 Hernan Contreras Pinochet, de Administração; Profa. Dra. Nena Geruza Cei, de Ciências
12 Contábeis e Prof. Dr. Salvador Andres Schavelzon, do Eixo Comum. Bem como os
13 representantes docentes: professores, Dra. Claudia Alessandra Tessari, Dr. Douglas
14 Mendosa, Dr. Fábio Luis dos Santos, Dr. Murilo Leal Pereira Neto. E, ainda os professores
15 Dra. Fabiana Rita Dessotti, vice-coordenadora da Câmara de Extensão e Dra. Ismara Izepe de
16 Souza, coordenadora do NAE. Também, os representantes dos servidores técnico-
17 administrativos: Sr. Edmur Machado Silva, Sr. Ricardo Vieira Bertoldo e Sra. Rosângela da
18 Silva Rocha e o representante discente: Antonio Bispo de Almeida Neto. E, ainda: o Prof.
19 Ms. Luiz Augusto Finger França Maluf, vice-coordenador do curso de Ciências Atuariais e a
20 arquiteta Haluane Santana. Justificaram ausência: os professores Dr. Bolivar Godinho de
21 Oliveira e Dr. Paulo Costacurta de Sá Porto, por estarem em férias; Dr. Ricardo Luiz Pereira
22 Bueno, por compromisso previamente agendado e Dra. Nildes Pitombo Leite, por estar em
23 evento na Universidade Federal Fluminense e, também, o discente Luis Henrique Costa da
24 Silva que, assim como a Profa. Dra. Karen Fernandez Costa, se solicitaria a presença da
25 respectiva suplência. A presidente inaugurou a sessão às 11 horas cumprimentando os
26 presentes e submetendo à aprovação a ata da reunião anterior, que estava sendo projetada
27 simultaneamente. Consultou os membros e não havendo nenhum apontamento, ela foi a
28 única a solicitar que na linha 41 o termo “gasto” fosse substituído por “despesa” e que na
29 linha 201 fosse completado o sentido da frase fazendo constar “a equipe tinha” e, mais
30 adiante, trocar a palavra “reverteu” por “recolheu” para que ficasse claro que o MEC havia
31 recolhido a possibilidade de se fazer o empenho. Todos concordaram com as alterações e
32 com uma abstenção, **a ata da reunião ordinária do dia 01 de julho de 2016 foi aprovada.**
33 Prosseguiu tratando dos **INFORMES**, a partir dos **Informes da Diretoria Acadêmica**:
34 • **Início das obras em Quitauína** - Comunicou que, por necessidade de esclarecimentos
35 adicionais sobre a licitação, as obras só começaram em 18 de julho, e não no dia 11 como
36 inicialmente previsto. E, logo no primeiro final de semana, foi registrado ato de vandalismo,
37 que se repetiu no final de semana seguinte em forma de invasão. A presidente tranquilizou os
38 membros dizendo que a empresa vencedora da licitação era responsável pela segurança da
39 obra e, portanto, com os reforços impetrados logo após a primeira ocorrência, os invasores



40 não conseguiram vandalizar. Indagada pelo Prof. Fábio Luis sobre qual teria sido a
41 motivação dos atos de depredação, ela explicou que a comunidade local não enxergava o
42 terreno como sendo da Unifesp e concluiu que há um trabalho de conscientização a ser feito;

43 • **Corrida Duque de Caxias** - Anunciou que o Exército havia procurado a universidade
44 buscando apoio para realização de uma tradicional corrida em homenagem ao dia do soldado.
45 Compartilhou que os oficiais do 4º BIL se colocavam como parceiros por ser igualmente uma
46 instituição federal, e gostariam de contar com o auxílio da EPPEN para a realização do
47 evento que, entre outros, visava estreitamento das relações com a comunidade local.
48 Divulgou o interesse do batalhão em utilizar os espaços da Unifesp para a largada da
49 competição, no campus Jardim das Flores, e chegada, na obra em Quitaúna. A professora
50 opinou ser importante a participação da escola, possivelmente abrindo espaço para projetos
51 de extensão que atingissem os moradores e frequentadores dos arredores do novo campus;

52 • **Reunião com a Prefeitura** - Compartilhou que se reuniria com a Secretária de
53 Planejamento e Gestão para discorrer sobre o andamento da obra que precisava ganhar corpo
54 para se fazer notar pela comunidade do entorno. O Prof. Fabio Luis sugeriu que a população
55 de Quitaúna fosse visitada por assistentes sociais, talvez encaminhados pela administração
56 municipal, com vistas a entender a percepção dos locais sobre a obra em Quitaúna que,
57 aparentemente, se sentiam invadidos. O Prof. Cordeiro, por sua vez, quis saber se havia
58 sinalização visível e clara de que ali se iniciava a construção da Unifesp. O Prof. Julio
59 confirmou que o objetivo do contato com a SEPLAG era elaborar uma proposta de
60 intervenção e que o local estava devidamente sinalizado. A Profa. Claudia Tessari lembrou
61 que estava prevista a ocupação do terreno com projetos de extensão, ao que a Sra. Haluane
62 respondeu afirmativamente, acrescentando que a entrega dessa área destinada à extensão
63 universitária seria em janeiro de 2017. O Prof. Murilo corroborou a sugestão feita pelo colega
64 de oferecer assistência social aos moradores locais, acrescentando que o legislativo municipal
65 seria bom intermediador, visto que alguns vereadores tinham atuação marcante no que se
66 referia à instalação da universidade no município. A presidente agradeceu as sugestões e
67 afirmou ter notificado a câmara dos vereadores quando do início dos trabalhos em Quitaúna.

68 • **Orçamento** - Ela reiterou que a situação continuava a mesma desde os últimos informes
69 do mês anterior. Relembrou os 20% de recursos de custeio contingenciados desde o início do
70 ano e avisou que os recursos financeiros seriam suficientes para saldar as contas até o mês de
71 julho. Mencionou que o campus São Paulo já acumulava contas atrasadas desde maio e que
72 Osasco, apesar de apresentar o melhor desempenho, com empenhos até setembro, tinha
73 esgotado a verba do Restaurante Universitário, o que a preocupava muito. Lamentou não ter
74 melhores notícias e se comprometeu a avisar os conselheiros de qualquer saída que surgisse.

75 • **Departamentos** - Explicou que havia encaminhado para São Paulo a documentação
76 referente à indicação das chefias dos departamentos, no entanto, sem poder mencionar o
77 curso de Ciências Contábeis, cujas decisões ainda precisavam passar pela Câmara de
78 Graduação. Explicou que os demais dependiam de autorização da Reitoria, o que deveria
79 acontecer nos dias seguintes e quando, então, de fato, os departamentos estariam instalados.



- 80 • **Suplência na Congregação** - Informou que, conforme ficara combinado na reunião
81 anterior, fora encaminhada consulta à Procuradoria e, aproveitando a presença do Procurador
82 Chefe no CONSU, ela tinha recebido a informação de que não era possível realizar eleição
83 interna e, dessa forma, os suplentes já eleitos anteriormente deveriam ser convocados. Ela
84 lembrou que também ficara acordado que uma comissão paritária seria composta por 2
85 docentes, 2 TAEs e 2 discentes, cujos nomes deveriam ser indicados ao longo daquele mês.
- 86 • **Concursos** - Compartilhou que o MEC estava planejando os gastos para o ano seguinte
87 e, diante disso, solicitava programação de contratações que deveriam, impreterivelmente, ter
88 seus editais publicados até o dia 31 de agosto e, para tanto, instruiu a professora, era
89 necessário acelerar todos os procedimentos de forma que os concursos passassem pelo
90 ConPessoas e CONSU possibilitando as contratações em janeiro de 2017. Assim, ela
91 convocava todos para uma força tarefa com o objetivo de deixar tudo pronto para que, logo
92 que houvesse autorização, os concursos pudessem ser realizados e homologados. Também
93 explicou que tencionava ceder as vagas do curso de Direito, porém, como não era permitido,
94 era imprescindível que também essas fossem concursadas. Terminou dizendo que, caso
95 necessário, uma sessão extraordinária seria convocada para tratar da ocupação desses postos.
- 96 O Prof. Fabio Luis dos Santos pediu permissão para tratar dos **Informes da ADUNIFESP:**
- 97 • Ele comentou que havia uma série de questões internas relacionadas à eleição para
98 Reitoria e a paridade, mas priorizaria informar sobre o PL-257 que voltava à pauta naquela
99 semana e que estabelecia 3 gatilhos: 1º não haver aumento acima da inflação, visto que a
100 meta fiscal não seria cumprida; 2º congelamento dos aumentos nominais, o que significava
101 dizer que não haveria correção sequer para cobrir a inflação; 3º incentivos para estimular
102 aposentadorias dos servidores, mudanças nas regras da Previdência, incluindo aumento
103 compulsório das contribuições, e, até mesmo, cortes daquilo que não era assegurado pela
104 legislação, citando como exemplo o prêmio por titulação que não configurava como direito
105 adquirido dos professores. Chamou à atenção para a gravidade do teor desse projeto de lei,
106 explicando o porquê de convocarem novamente mobilização quando este voltou à plenária
107 para ser votado. Acrescentou que haveria nova assembleia na segunda-feira posterior à
108 seguinte e comemorou que o alardeado recolhimento de vagas ainda não atingisse a Unifesp.
- 109 O Prof. Salvador Schavelzon também pediu para dar o **Informe da Editora Unifesp:**
- 110 • O professor, na condição de representante do campus na editora que passava por grave
111 crise em razão da falta de recursos e sérios conflitos com a FAP, relatou que nos últimos
112 meses uma consultoria externa tinha sido contratada para modificar a estrutura da editora e
113 abrir novas estratégias comerciais e que, na prática, suspendera a composição até então em
114 vigor, a qual compreendia um representante de cada campus. Acrescentou que o conselho
115 anterior, do qual ele fazia parte, cogitava a necessidade de abrir uma área responsável por
116 publicações digitais, porém, em razão da situação relatada, essa discussão não encontrava
117 seguimento pelos canais anteriores. Resumiu que a editora, naquele momento, não tinha mais
118 estrutura de funcionamento e lamentou que o conselho e os diversos representantes não
119 tivessem conhecimento algum acerca do futuro, ratificando que as reuniões e os trabalhos



120 estavam suspensos e que um novo formato de gestão estava por vir. Encerrou dizendo que
121 tudo estava sendo coordenado pela consultoria, cujos trabalhos iriam presumidamente até
122 outubro, a FAP e a Reitoria. Não havendo informes dos TAEs, a Profa. Luciana deu início à
123 **ORDEM DO DIA** tratando do primeiro ponto que requeria adoção de duas abordagens:
124 **(1) Prorrogação do mandato da CAEP e indicação de candidatos para o processo de**
125 **eleição da nova composição a partir de setembro/2016** – A presidente explicou que a
126 CAEP - composta pelos professores Dra. Cristina Soreany Pecequillo, Dra. Márcia de
127 Carvalho Azevedo, Dr. Ricardo Hirata Ikeda e Dr. Eduardo Luiz Machado como titulares e
128 professores Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa, Dr. Álvaro Machado Dias e Dr. Marcello Simão
129 Branco, como suplentes, além da representante da CPPD, Profa. Dra. Dulce Aparecida
130 Barbosa - tinha sido eleita por 2 anos e cujo mandato se encerrava no mês de agosto.
131 Explicou que dois membros solicitavam desligamento e que havia uma resolução que
132 determinava como a eleição deveria ser encaminhada. Lembrou que aquela Congregação
133 havia deliberado que a composição deveria contemplar um representante de cada curso/eixo e
134 consultou os membros sobre a possibilidade de prorrogação por mais um mês. O Prof.
135 Murilo questionou se um mês seria suficiente para encerramento dos trabalhos. Em sua
136 opinião, o mais prudente seria prorrogar até o final dos trabalhos já em andamento. O Prof.
137 Julio, que havia participado das últimas reuniões da CAEP, explicou que a quantidade de
138 processos era muito grande e que um dos membros já não tinha podido dar continuidade, por
139 isso ele vinha exercendo a suplência. Destacou que a comissão solicitava prorrogação até o
140 final do mês por acreditar que dariam conta dos processos em andamento até a reunião
141 seguinte, marcada para 15 de agosto. Acrescentou que, havendo eleição em setembro, os
142 membros atuais acompanhariam a transição. Dessa forma, o vice-diretor propôs prorrogação
143 até o final de setembro. O Prof. Murilo sugeriu prorrogação até a Congregação de outubro. A
144 presidente consultou os membros em regime de votação e **a decisão unanime foi de**
145 **prorrogação do mandato dos membros da CAEP até a Congregação de outubro e, em**
146 **caso de impossibilidade de qualquer um dos membros, os suplentes deveriam ser**
147 **convocados.** Retomando a palavra, a Profa. Luciana destacou a importância de se compor a
148 comissão com representação de cada curso/eixo e solicitou que os coordenadores e
149 representantes docentes divulgassem entre os pares, enquanto era distribuída para os
150 membros uma proposta de encaminhamento das eleições da CAEP. A ideia era que cada
151 curso/eixo deveria apresentar dois nomes para concorrerem à eleição. Ela lembrou que na
152 eleição anterior a urna ficara no setor administrativo, porém, sugeria que na próxima votação,
153 a urna fosse colocada ali mesmo na Congregação. A Profa. Marina, considerando os cinco
154 cursos somados ao eixo multidisciplinar, sugeriu que os dois primeiros suplentes também
155 fossem contemplados na regra de não repetição de curso/eixo até que todos estivessem
156 representados. A Profa. Luciana lembrou que havia um membro fixo, representante da
157 CPPD, que sugeria que apenas 50% da composição se renovasse. Ela estimou que os dois
158 membros que não tinham solicitado desligamento certamente pretendiam concorrer e
159 permanecer na comissão. A Profa. Claudia Tessari lembrou que na eleição anterior,



160 basicamente os coordenadores dos cursos compuseram a comissão e que isso causava certa
161 concentração de poder, portanto, sugeriu que fosse elaborada uma orientação que
162 recomendasse a não indicação de coordenadores ou chefes de departamentos. O Prof. Julio
163 concordou com a colega, argumentando que tanto coordenadores quanto chefes de
164 departamento já avaliavam os docentes e, portanto, a Congregação poderia recomendar que,
165 havendo contingente suficiente, os nomes destes fossem descartados. O Prof. Cordeiro quis
166 saber se havia um regimento próprio da CAEP, ao que a presidente respondeu haver uma
167 resolução, mas, explicou que a situação discutida ali era a deliberação da Congregação que
168 julgava por bem ter uma comissão com representatividade. O Prof. Fabio Luis concordou
169 com a colega e sugeriu que o item 4.1 fosse acrescentado dos dizeres “*que não exerçam as*
170 *funções de chefia de departamento ou coordenação de curso/eixo e os cursos com poucos*
171 *docentes habilitados serão tratados nos casos omissos*”. O Prof. Hernan concordou com os
172 colegas e solicitou a mencionada lista com os nomes dos 54 (aprox.) que já tinham passado
173 pelo estágio probatório e, portanto, aptos a concorrerem a uma vaga na composição da
174 importante comissão. Com a palavra, o Prof. Luiz Maluf, vice-coordenador do curso de
175 Ciências Atuariais, compartilhou que participava das reuniões da CPPD, que tem como órgão
176 de apoio a CAEP. Ele declarou que a própria CPPD tinha entre seus membros tanto docentes
177 eleitos quanto indicados. Também lembrou que havia um histórico de representação por
178 docentes ainda em estágio probatório nos casos dos *campi* mais novos e, assim, sugeria que
179 essa possibilidade fosse consultada. Corroborou dizendo que, também, a ProGrad
180 recomendava que coordenadores tivessem o título de doutor e já vencido o estágio
181 probatório, no entanto, igualmente devido a situação de campus em formação, essas
182 recomendações eram flexibilizadas. A presidente explicou não ser aquele o caso do campus
183 Osasco que já havia decidido pelas regras paritárias anteriormente quando a lista de docentes
184 efetivos era consideravelmente menor. Assim, **colocado em votação, foi unânime a decisão**
185 **do colegiado em incluir: “5.7 Os 2 primeiros suplentes da CAEP deverão ser**
186 **obrigatoriamente dos cursos/eixo não contemplados entre os 4 membros titulares.”** Seguiu-
187 se, então, o debate sobre restringir ou não a participação de chefes e coordenadores na
188 composição como sugerido pelos professores Dra. Claudia Tessari e Dr. Fábio Luis. Já o
189 Prof. Murilo assinalou que incluir a palavra “preferencialmente” já seria orientação suficiente
190 para que os cursos considerassem a extensão do poder que se conferia aos indicados, sem
191 pecar pelo excesso de proteção. Diante do que fora discutido, a Profa. Luciana conduziu a
192 votação em duas etapas, primeiramente consultando sobre **a intenção de incluir a restrição**
193 **aos professores que exercessem cargos de chefia, coordenação ou direção e, com 12**
194 **votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções, foi acatada.** E, em seguida, consultou em
195 regime de votação a preferência dos membros dentre as seguintes propostas de texto:
196 **(1ª) Os cursos/eixo multidisciplinar elegem 2 (dois) nomes de docentes que já**
197 **ultrapassaram o estágio probatório e que, preferencialmente, não exerçam funções ou**
198 **cargos de Coordenação de Curso, Chefia de Departamento e de Direção;** ou,
199 **(2ª) Os cursos/eixo multidisciplinar elegem 2 (dois) nomes de docentes que já ultrapassaram**



200 o estágio probatório e que não exerçam funções ou cargos de Coordenação de Curso, Chefia
201 de Departamento e de Direção. **A primeira proposta foi vencedora ao receber 8 votos,**
202 **enquanto a segunda recebeu 4 e outros 4 membros se abstiveram.** Dessa forma, **ficou**
203 **acordado que os encaminhamentos para as eleições CAEP ali aprovados seriam**
204 **enviados aos coordenadores que, por sua vez, teriam a responsabilidade de indicar**
205 **através mensagem eletrônica endereçada à diretoria.osasco@unifesp.br 2 nomes cada,**
206 **eleitos pelas respectivas comissões de curso/eixo, até a data limite de 31 de agosto. Não**
207 **havendo necessidade de formação de comissão eleitoral e, estando os diretores fora da**
208 **disputa, ficou acordado que a Diretoria Acadêmica providenciaria a urna e as cédulas**
209 **como os nomes dos candidatos indicados por seus pares, para a eleição a ser**
210 **encaminhada na sessão seguinte da Congregação, no dia 02 de setembro de 2016.**
211 Esgotado completamente o tema, a Profa. Luciana deu início ao ponto seguinte que tratava:
212 **(2) Homologação da abertura de concurso público da área de Ciências Econômicas –**
213 **Subárea: Economia Matemática –** Ela explicou que o referido concurso já havia sido
214 aprovado pela Comissão de Bancas e pela Congregação em sessões anteriores em que ficara
215 pendente apenas a inserção dos termos “vaga da expansão”. Informou que a documentação
216 tinha sido regularizada de acordo e que seguira com aprovação *Ad Referendum*. **Todos**
217 **concordaram e a abertura do concurso foi homologada.** Assim, prosseguiu-se:
218 **(3) Homologação da abertura de concurso público da área de Relações Internacionais –**
219 **Subárea: Segurança Internacional –** A presidente adotou o mesmo procedimento,
220 explicando que se tratava de situação idêntica ao ponto anterior e, igualmente, **com a**
221 **concordância de todos os membros, a abertura do concurso também foi homologada.**
222 E, então, a Profa. Luciana introduziu o item seguinte explanando que, com o intuito de evitar
223 as idas e vindas ocorridas com o concurso de Perícia Contábil, que fora inicialmente aberto
224 para a titulação de doutor e reaberto para mestre, o ConPessoas havia sido consultado e
225 concordara com os termos do edital que ali estava sendo submetido, sob o argumento de que
226 a especificidade da área era razão suficiente para abrir o concurso diretamente visando
227 portadores de mestrado. A Profa. Nena, do curso de Ciências Contábeis, responsável pelo
228 certame mencionado, acrescentou que o concurso passara pela Congregação 5 vezes e,
229 finalmente, tinha encerrado as inscrições com 7 candidatos, todos com excelente currículo
230 *lattes*, comprovando que o grau de mestre não desmerecia os profissionais. Argumentou que
231 podiam ser elencados como exemplos vários docentes da casa em igual situação, que
232 ingressaram portando apenas o título de mestre e cuja capacidade era incontestável, citando
233 os colegas Prof. Dan Levy, Prof. João Vinícius e Prof. Samir, e a este último já tendo sido
234 conferido o título de doutor. Então, a palavra foi concedida ao Prof. Cordeiro que tratou:
235 **(4) Homologação dos concursos públicos da área de Ciências Atuariais, das subáreas:**
236 **(a) Cálculo e Suas Aplicações em Atuária –** O coordenador explicou que o curso já estava
237 no limite da contratação para essa disciplina de extrema relevância para a formação dos
238 alunos. Ele fez breve explanação sobre as características da vaga para dedicação exclusiva e
239 título de doutor, destacando a abertura para a área de Exatas, especificamente as engenharias.



240 Confirmou que o certame previa 3 provas: escrita, didática e arguição de memorial e
241 justificou os pontos dizendo que abarcavam toda a parte de análise quantitativa. O Prof.
242 Murilo observou que a pontuação da prova escrita aferia 20 pontos para coesão. A título de
243 contribuição, em sua opinião, apesar de importante, a coesão textual não seria tão relevante
244 para algumas áreas, especialmente, as características de objetividade, clareza, domínio e
245 abrangência já contemplariam o que se espera de um bom texto produzido em forma de
246 prova escrita. Ele acenou que a alta pontuação conferida à coesão poderia, eventualmente,
247 prejudicar um candidato que, apesar do domínio do conteúdo, não redigisse textos brilhantes.
248 A Profa. Luciana pediu permissão para um esclarecimento e reportou que na última reunião
249 do ConPessoas, em julho, o mesmo tema tinha sido discutido e havia a intenção de alterar
250 essa pontuação, porém, devido à premência para realização daqueles concursos, o conselho
251 julgara que não haveria tempo hábil para submeter à aprovação do CONSU e as
252 modificações foram suspensas. O Prof. Julio, por sua vez, ponderou que os candidatos
253 tinham de conseguir no mínimo nota 7 em cada prova. Lamentou que aquela pontuação
254 tivesse passado despercebida pela comissão de bancas, porém, alertou que do jeito que estava
255 seria possível que um bom escritor tivesse sucesso em uma prova cujo conteúdo ele
256 desconhecesse ou dominasse, brincando com o nome de Machado de Assis. Ele sugeriu
257 aumentar a pontuação para o conteúdo, ficando a fórmula 25/50/25. O Prof. Maluf concordou
258 que a comissão do curso buscava dar ênfase ao candidato que realmente dominasse o assunto
259 e pudesse auxiliar no e-MEC, no entanto, também devido à pressa, a avaliação poderia não
260 ter sido a melhor e, louvou as considerações apresentadas. O Prof. Murilo encerrou dizendo
261 que, às vezes, os próprios elaboradores do concurso acabavam por criar pequenas armadilhas
262 para eles próprios, no entanto, não apresentou proposta de modificação, deixando a decisão
263 cargo dos colegas. O Prof. Cordeiro agradeceu a observação que, apesar de interessante, em
264 sua opinião não afetava o equilíbrio considerado razoável pela coordenação e já aprovado
265 pela comissão de bancas. **Colocada em votação, a abertura do concurso de Cálculo e suas**
266 **Aplicações em Atuária foi aprovada como fora apresentada, ficando como estava, sem**
267 **qualquer alteração no edital.** Prosseguiu-se com a apresentação e análise do concurso:
268 **(b) Probabilidade e Inferência Estatística** – A vaga DE destinada a portadores do título de
269 doutor em Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas ou Engenharias e graduados em
270 Ciências Exatas ou Engenharias, foi apresentada pelo Prof. Maluf que diferenciou os pontos
271 que se referiam à probabilidade estatística daqueles que cobravam inferência estatística,
272 conhecimento mais específico e muito necessário em um profissional de atuária que lidaria
273 com modelos de risco avançados. Informou que a pontuação era idêntica à atribuída ao
274 concurso anterior e antecipou que haveria diferenciação nos concursos abertos para mestres,
275 em cujos casos, haveria pontuação extra para os eventuais doutores que viessem a se
276 candidatar. O Prof. Murilo foi o único a comentar que, os critérios daquele edital se
277 assemelhavam muito com os que o Eixo Comum havia elencado para os concursos da área,
278 com exceção da pontuação atribuída à coesão, já discutida havia pouco. **Não havendo**
279 **objeções a abertura do concurso da subárea de Probabilidade e Inferência Estatística**



280 **foi aprovada por unanimidade.** Logo em seguida, tratou-se do concurso da subárea:
281 **(c) Contabilidade Financeira, de Seguros e Previdência** – O Prof. Cordeiro apontou para
282 a necessidade de graduação em Ciências Contábeis, com título de mestre nas áreas de
283 Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas ou Engenharias. O coordenador explicou que
284 esses tópicos mais específicos da Contabilidade - como seguros e, especialmente,
285 previdência, de estudo vasto que se desdobrava em previdência pública e privada e, ainda,
286 em fundos de pensão, além de englobar saúde suplementar e instituições de sorteio e
287 capitalização - justificavam o pré-requisito de graduação em Ciências Contábeis.
288 Acrescentou que tinha recebido valiosos conselhos da coordenadora de Ciências Contábeis A
289 Profa. Luciana quis saber se graduados em Administração também poderiam ser
290 considerados, sugerindo ampliar a lista de potenciais candidatos. A Profa. Nena, no entanto,
291 justificou que a inclemente especificidade da área que limitava a atuação aos contadores que
292 deveriam, impreterivelmente, seguir as normas da SUSEP. O Prof. Cordeiro acrescentou,
293 ainda, outras agências reguladoras como ANSS e Previc que deveriam ser do conhecimento e
294 domínio dos candidatos. O Prof. Murilo atentou para o fato do regime de trabalho daqueles
295 concursos serem majoritariamente 40 horas e que com o preenchimento daquelas vagas os
296 quadros dos cursos estariam completos, pelo menos por um bom tempo. Então, sublinhou
297 que se preocupava com a missão da universidade pública cuja construção deveria prezar pelo
298 fortalecimento dos vínculos, não só com a docência, mas também pesquisa e extensão.
299 Assegurou que sua fala não tinha a intenção de convencer os colegas, visto que já apresentara
300 os mesmos argumentos repetidas vezes e, também, que entendia como convincentes as
301 explicações fornecidas por seus pares. Comparou com outro curso de graduação que, apesar
302 das diferenças, era muito semelhante no que se referia ao aquecido mercado de trabalho e o
303 qual priorizara o regime de dedicação exclusiva. O professor clamou por esforço no sentido
304 de rever esses critérios na tentativa de fortalecer o núcleo dos cursos naquelas que poderiam
305 ser as últimas chances. Ele entendia que seria perfeitamente esperado que os mestres
306 contratados almejassem o próprio aprimoramento e buscassem o doutoramento já estando na
307 universidade pública, como nos casos citados naquela sessão, porém, destacou que o que
308 estava em jogo não era o simples preenchimento de vagas, mas o princípio de construção da
309 universidade e seus impactos no longo prazo. Em sua opinião, considerando o quadro de 17
310 professores, apenas 3 ou 4 oferecerem dedicação exclusiva era muito pouco e poderia ter
311 consequências negativas. Com a palavra, o Prof. Maluf compartilhou a preocupação do ex-
312 diretor e relatou que o tema tinha sido amplamente discutido na reunião da comissão do
313 curso de Ciências Atuárias, cuja decisão tinha sido a de organizar 5 concursos, reservando a
314 sexta vaga a que o curso tinha direito, para o regime de dedicação exclusiva e, dessa forma, o
315 segundo colocado em certame anterior, Prof. Moisés, seria convocado. Acrescentou que,
316 assim que possível, ele próprio solicitaria a alteração para migrar do regime de 40 horas. No
317 entanto, com relação às outras subáreas em questão, não havia muita possibilidade de sucesso
318 oferecendo vagas que exigissem tempo integral. A Profa. Nena defendeu que a massa crítica
319 de Ciências Contábeis era um patrimônio em constante mutação e que era consenso entre os



320 profissionais da área que não deviam ficar confinados nas academias. Declarou que a forma
321 encontrada para equilibrar a situação era a atribuição no edital de pontos para publicações,
322 pesquisa e orientação. A Profa. Claudia, por sua vez, igualmente reiterando que a sua posição
323 já havia sido bastante registrada em outras ocasiões, disse entender as especificidades de
324 alguns cursos que necessitavam de maior proximidade com o mercado. No entanto, alertou
325 que, da mesma forma que havia no campus casos como os mencionados anteriormente de
326 mestres bastante comprometidos e interessados, fazia-se necessário ponderar haver também
327 aqueles que se limitavam às atividades exclusivamente em sala de aula, ao mesmo tempo em
328 que se mostravam muito mais empenhados em outras instituições, inclusive coordenando
329 programas de pós-graduação. Terminou dizendo que a médio e longo prazo poderia haver
330 prejuízo à constituição de programas de pós-graduação e ao estabelecimento de linhas de
331 pesquisa, sem esquecer as outras esferas da universidade. Concluiu que os cursos e a própria
332 universidade careciam de dedicação. O Prof. Julio lamentou que aquele debate essencial
333 tivesse brotado em um contexto imposto pelo MEC em que as contratações tinham de ser
334 concluídas em ritmo aceleradíssimo. Declarou não ser crítico à especificidade de alguns
335 cursos que reconhecidamente requeriam mais conhecimento prático do que outros, porém,
336 julgou que o colegiado não poderia se furtar à discussão daquela questão estratégica. Indagou
337 se não seria o caso de fazer-se um apelo aos cursos para incorporarem o princípio da
338 dedicação exclusiva. O Prof. Murilo retomou a palavra corroborando as falas anteriores com
339 os seguintes argumentos: de que o curso que recebesse do MEC uma vaga categoria DE e
340 optasse por concursar 40 horas estaria abrindo mão de valor maior em favor de algo menor e,
341 usando de analogia, convidou os membros a pensarem qual seria o impacto para o campus se
342 cada TAE tivesse dois empregos. Em sua opinião, a despeito da especificidade de cada curso
343 ou vaga, uma equipe docente preponderantemente 40 horas implicava em prejuízo no longo
344 prazo. A Profa. Luciana quis saber quais docentes do curso de Ciências Atuariais se
345 enquadravam no regime DE. Ao obter a resposta que, naquele momento, apenas o Prof.
346 Danilo Braun e, em futuro próximo, o Prof. Moisés Vassalo, segundo colocado em concurso
347 já realizado e que seria chamado em breve, ela questionou como seria possível o segundo
348 colocado ser contratado para DE enquanto que o primeiro ingressara em regime 40 horas. O
349 Prof. Maluf não soube dizer qual seria a explicação para o primeiro colocado, Prof. Joelson,
350 ter ingressado como 40 horas e o Prof. Moisés ser DE. Atestou ser factível 5 professores DE:
351 Prof. Ms. Danilo Braun, Prof. Ms. Moisés Vassalo, a ser chamado, somados as 2 vagas sendo
352 concursadas para doutores DE e, posteriormente, ele próprio que solicitaria a mudança do seu
353 regime de trabalho. A presidente, no entanto, alertou que a alteração desejada não se
354 concretizava de forma rápida, citando o exemplo do Prof. Ricardo Bueno que já havia aberto
355 3 processos desse tipo e ainda não obtivera sucesso, continuando em regime 40 horas. Ela
356 lamentou o prejuízo iminente para o curso e para instituição e perguntou se seria possível
357 alterar o regime de algum daqueles concursos. A Profa. Nena aconselhou que seria perda de
358 tempo, considerando as experiências do curso de Ciências Contábeis, especialmente o
359 concurso Perícia Contábil que teve de ser reaberto por ausência de candidatos doutores. Os



360 coordenadores de Ciências Atuariais, no entanto, concordaram que, de todos os editais
361 abertos, aquele seria o único possível de assumir tal alteração e tentar evitar complicações
362 futuras na pós-graduação, deveriam tentar a dedicação exclusiva e, assim, em regime de
363 votação o concurso de **Contabilidade Financeira, de Seguros e Previdência, grau de**
364 **mestre e regime Dedicação Exclusiva foi aprovado por unanimidade.** Seguiu-se o ponto:
365 **(d) Gerência Financeira das Reservas Técnicas e Auditoria** – A presidente informou que
366 aquele edital visava atrair mestres em Ciências Sociais Aplicadas, graduados em Ciências
367 Sociais Aplicadas, Ciências Exatas ou Atuariais ou, ainda, Engenharias, para o regime de 40
368 horas. Os pontos e a pontuação foram projetados para apreciação dos membros, enquanto o
369 Prof. Cordeiro explicava que, aparentemente, o edital apontava para a área de finanças, no
370 entanto, cabia esclarecer que no tocante às reservas havia muitas variáveis a se considerar,
371 cada uma delas se formando de maneira muito específica e com normativas distintas. Para
372 exemplificar, citou a área de seguros que se desdobrava em seguro patrimonial de vida, com
373 características ímpares. Não havendo objeções, a presidente colocou em votação e o
374 **concurso da subárea de Gerência Financeira das Reservas Técnicas e Auditoria, grau**
375 **de mestre e regime 40 horas foi aprovado por unanimidade.** E, então, ela continuou com:
376 **(e) Teoria do Risco Individual e Coletivo e Teoria da Ruína** – O coordenador explicou
377 que a disciplina era muito abrangente e envolvia estatísticas de todas as áreas das atividades
378 humanas, onde qualquer risco deveria ser considerado. E, com relação à teoria da ruína,
379 explanou que tratava da solvência de seguradoras o que, acrescentou, não ocorria havia muito
380 tempo em virtude dessas teorias preventivas. Por essas razões, explicou que o curso buscava
381 um atuário, mas, lamentou ainda não haver pós-graduação *stricto sensu* nessa área.
382 Comentou que as máscaras eram muito similares às demais, solicitando mestrado em
383 Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Atuariais, Ciências Exatas ou Engenharias e graduação
384 idêntica, incluindo Matemática e Estatística. A presidente colocou em votação e o concurso
385 da subárea **Teoria do Risco Individual e Coletivo e Teoria da Ruína, grau de mestre e**
386 **regime 40 horas foi aprovado.** E, concedendo a palavra à coordenadora que tratou:
387 **5) Homologação do concurso público da área de Ciências Contábeis, subárea:**
388 **Contabilidade Gerencial e Controladoria** – A coordenadora solicitou **suprimir os termos**
389 **“autorização do MEC/Reuni”** do memorando de solicitação de abertura do concurso,
390 **constando somente “vaga de expansão”.** Prosseguiu explicando tratar-se de disciplina
391 exigida pela diretriz curricular e que o certame era aberto para graduados em Ciências
392 Contábeis, Administração ou Engenharias, portadores do título de doutor nas mesmas áreas.
393 Acrescentou que, apesar de extremamente ampla, a área de Administração não fora
394 especificada, justificando que os pontos a serem cobrados nas provas seriam suficientes para
395 descartar as linhas sem aderência à matéria, como Administração de Recursos Humanos, por
396 exemplo. Explicou que o mesmo se aplicava às Engenharias que, também em razão do
397 conteúdo a ser sabatinado, desconsideraria os formados em Engenharia de Produção.
398 Apresentou os pontos, destacando que questões relacionadas a orçamento tinham sido ali
399 contempladas, diferentemente dos concursos anteriores. Também explicou que um dos



400 pontos se referia a sistemas de controle gerencial em empresas de grande porte, sem
401 distinguir se nacionais, multinacionais ou intercontinentais, pois, as normativas abrangiam
402 todas as categorias de grande porte. Com relação à pontuação, explicou que, o desejável seria
403 atrair um doutor na área específica do concurso, mas, não sendo possível fazer tal distinção, o
404 curso optara por pontuar pós-doutorado específico. O Prof. Murilo indagou sobre a
405 possibilidade de converter a exigência para regime DE. A professora, no entanto, justificou
406 que seria perda de tempo. Argumentou que muitos outros concursos de Contabilidade
407 tiveram de ser reabertos por não atrair candidatos interessados em dedicação exclusiva.
408 Frisou que naquela área era possível encontrar profissionais com produções altíssimas, por
409 vezes até superior aos docentes que se dedicavam exclusivamente à universidade, e, ainda,
410 que participavam ativamente das outras tarefas do curso. Por essas razões, disse preferir não
411 sonhar com o impossível e correr o risco de perder a vaga, prejudicando o curso. O Prof.
412 Julio ponderou que a situação citada pela coordenadora não acontecia com frequência e a
413 Profa. Luciana quis saber com quantos docentes em regime de dedicação exclusiva o curso
414 contava. A Profa. Nena respondeu que eram 2, mas, que não adiantava insistir, pois, corriam
415 o risco de o processo se estender como acontecera com o concurso da área de Perícia que,
416 finalmente, aberto para o grau de mestre e em regime 40 horas, lograva 7 inscrições de
417 candidatos com excelente currículos. Alegou não ser contra o regime de dedicação exclusiva,
418 mas, acreditava ser melhor batalhar os profissionais que ali estavam em regime nas condições
419 colocadas, do que insistir. Desabafou que era preciso saber o que o colegiado pretendia em
420 relação àqueles dois cursos, se compreender suas especificidades e as características
421 mutáveis de seus profissionais ou, então, fechá-los. O Prof. Julio argumentou que a questão
422 que se colocava e que deveria ser discutida era que boa parte dos docentes em regime 40
423 horas compareciam apenas para dar aulas. O Prof. Bueno, que acabara de se juntar ao grupo,
424 interpelou dizendo que alguns DE também se comportavam da mesma maneira. O Prof. Julio
425 retomou a palavra para discordar de colocações que acenavam para o fechamento de cursos
426 caso os procedimentos sugeridos não fossem acatados. Em sua opinião, a universidade era
427 um espaço em que as questões mais relevantes como aquela deveriam ser colocadas em
428 debate. Apesar de entender que algumas áreas específicas necessitavam de proximidade com
429 o mercado, argumentou que isso não garantia que algum conhecimento fosse produzido e
430 disseminado. Encerrou se desculpando por ter se sentido provocado, no bom sentido, a
431 defender as perspectivas mais amplas da universidade. A Profa. Nena esclareceu que a sua
432 fala não tinha a intenção de dizer ou isto ou aquilo, mas, tão somente de colocar as
433 experiências do seu curso com relação aos concursos. O Prof. Bueno explicou que havia
434 justificado ausência via correio eletrônico, pois, estaria em reunião, já encerrada, fora do
435 campus. Por essa razão, não tendo participado daquela discussão desde o começo, mas, ainda
436 assim opinava que, no caso daquele perfil especificamente, fazia sentido manter o regime 40
437 horas sem, no entanto, prejudicar qualquer discussão futura em torno daquela questão que
438 qualificaria tanto o campus quanto a universidade. Ponderou haver universidades que tinham
439 tais parâmetros devidamente regulamentados, indicando o percentual do seu corpo docente



440 em regime de dedicação exclusiva. Por outro lado, exemplificou que o curso de Medicina
441 contava com docentes em regime de 20 horas semanais. Ratificou que os cursos de
442 Administração e Ciências Contábeis tinham dificuldades em atrair docentes que estivessem
443 inseridos no mercado, ainda que na condição de vínculo profissional misto, pois, tendo de
444 escolher entre um e outro, a opção majoritariamente seria pelo mercado e, também, que esses
445 cursos lutavam para trazer docentes dispostos a dedicarem-se exclusivamente, o que nem
446 sempre era possível. Sugeriu que os cursos devessem cooptar os docentes nessas condições
447 de modo que estes ficassem mais tempo na universidade, tais como abrindo mais campos de
448 pesquisa, incentivando a cooperação entre colegas e aumentando a produção em conjunto. O
449 Prof. Murilo quis saber quantos docentes do quadro de Administração trabalhavam em
450 regime DE e foi respondido por contraste que apenas 2 ou 3 eram 40 horas, o que levou o
451 professor a concluir que, apesar das áreas serem afins, o curso de Administração tinha sido
452 construído a partir do critério de contratar DE e apenas no caso de insucesso, seriam aceitas
453 as 40 horas. Ao passo que os outros cursos tinham seguidos outros critérios. Enfatizou que
454 havia 4 anos que ele vinha chamando a atenção para esse fato e que a última vaga pouco
455 mudaria o cenário já construído. A Profa. Luciana também concordou que em algumas
456 situações muito específicas era difícil conseguir contratação para o regime DE, no entanto,
457 declarou que ser formada na USP, onde até mesmo em Ciências Contábeis seus professores
458 eram DE. A Profa. Nena argumentou se tratar de fundação e a presidente continuou seu
459 depoimento dizendo que ali também poderia haver uma fundação, apesar de ali ser ainda um
460 campus em formação. Mostrou-se preocupada com o quadro docente do curso ser quase
461 totalmente em regime 40 horas e com a impossibilidade de se reverter a situação no futuro.
462 Admitiu ser exatamente aquele o desafio que a havia atraído para a instituição, a
463 possibilidade de se construir uma escola do jeito que se pensa ser melhor. Ela concordou com
464 o Prof. Murilo que se tratava da última vaga, fazendo pouca diferença àquela altura, mas,
465 julgava necessário que os professores estivessem disponíveis para a universidade e discordou
466 da ideia de que a instituição devesse promover atrativos para que o docente se fixar. Em sua
467 opinião, os professores já deveriam chegar trazendo suas colaborações e iniciando suas
468 pesquisas ali. Encerrou dizendo que a sua preocupação era com o futuro da instituição e que
469 o quadro majoritariamente 40 horas de alguns cursos dificultaria a instalação de programas
470 de pós-graduação e pediu licença para se ausentar por alguns minutos. O Prof. Julio, então,
471 assumiu os trabalhos e consultou os membros sobre a abertura do **curso da área de**
472 **Ciências Contábeis, subárea Contabilidade Gerencial e Controladoria, nos termos em**
473 **que tinha sido apresentado, que foi aprovado com 7 abstenções.** A presidente se retirou e
474 o Prof. Julio, assumindo temporariamente os trabalhos, convidou o coordenador para tratar do:
475 **(6) Homologação de dois concursos da área de Administração, subáreas: Administração**
476 **de Marketing e Sistemas de Tecnologia** – Enquanto os anexos eram projetados para
477 apreciação dos conselheiros, o Prof. Hernan pediu permissão para explicar os concursos de
478 uma única vez, visto serem muito semelhantes. Ambos os certames estariam abertos para
479 inscrições pelo período de 60 dias que, na opinião do coordenador, era bastante seguro para



480 ampla e irrestrita divulgação. Também informou que o curso optara por arriscar a titulação de
481 doutor como pré-requisito apesar de, como mencionado anteriormente, serem as duas áreas
482 muito vinculadas ao mercado que, também como já citado, oferecia mais atrativos
483 financeiros. Testemunhou que ele próprio quando ingressara na universidade pública federal
484 vinha do mercado reconhecidamente melhor remunerado, porém, entendia a situação como
485 momento de decisão pelo qual todos passam um dia. Por essa razão, igualmente, o NDE do
486 curso optara por insistir no regime de Dedicção Exclusiva. O coordenador detalhou a
487 abrangência das áreas de formação aceitas, abarcando Ciências Sociais Aplicadas, Exatas, da
488 Terra e, também, Ciências Humanas e Engenharias. No caso do Marketing, ainda
489 Comunicação e Propaganda. Já Sistemas de Tecnologia, abriam espaço para Métodos
490 Quantitativos e Pesquisas Operacionais. Ele também informou que, devido ao grande volume
491 de concursos que vinham sendo elaborados em curto espaço de tempo, a Sra. Marta Arão
492 solicitava fazer constar nos pedidos de abertura a origem das vagas, sendo Marketing oriunda
493 de outro concurso que não habilitara nenhum candidato e a vaga de Sistemas de Tecnologia
494 originária da expansão. Compartilhou o desejo de realização das provas no mês de novembro
495 ou, na pior das hipóteses, em dezembro. Discorreu sobre os pontos a serem cobrados,
496 explicando que, primeiramente, haviam se preocupado com a grande área de Administração
497 e, por isso, os primeiros pontos em ambos os concursos eram semelhantes, os pontos
498 seguintes tratavam de tópicos mais específicos de cada subárea. Estando todos esclarecidos,
499 já de volta, a presidente colocou em votação e **os concursos da Administração, subárea**
500 **Administração de Marketing e Sistemas de Tecnologia foram unanimemente**
501 **aprovados.** E, já de volta ao recinto, a Profa. Luciana pediu especial atenção para que os
502 responsáveis pelos concursos que estavam sendo aprovados ali fizessem o esforço de
503 assinarem a documentação pertinente ao final da sessão, de forma que os procedimentos
504 fossem acelerados para São Paulo, com o objetivo de serem incluídos no CONSU que
505 aconteceria na quarta-feira seguinte. Estando todos os envolvidos de acordo, seguiu-se:
506 **(7) Homologação dos concursos da área do Eixo Comum, subárea Métodos**
507 **Quantitativos** – Com a palavra, o Prof. Murilo explicou que o perfil da vaga destinada ao
508 subeixo de Formação Científica, subárea Métodos Quantitativos fora delineado para atender
509 a demanda reprimida que o corpo docente de 4 professores não conseguia atender. Detalhou
510 que o regime era dedicação exclusiva e buscava-se profissional portador de título de doutor,
511 nas áreas das Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas ou Ciências Atuariais.
512 Os pontos foram projetados, no entanto, o professor desculpou-se por não poder comentar,
513 visto tratarem de matemática e estatística, mas, deixou os colegas à vontade para opinarem.
514 Os membros foram consultados e o **concurso do Eixo Comum, subárea Métodos**
515 **Quantitativos foi aprovado por unanimidade.** A presidente, então, passou para o item
516 subsequente, concedendo a palavra à vice-coordenadora do curso de graduação, que tratou da:
517 **(8) Abertura de processo seletivo simplificado para contratação de professor substituto**
518 **da área de Relações Internacionais, subárea Regimes Econômicos Internacionais** – A
519 Profa. Marina explicou que o docente daquela área era o Prof. Marcus Salles que se



520 encontrava em Montevideu já havia um ano, prestando serviços ao Mercosul. Acrescentou
521 que era previsto o período de 4 anos, apesar de o cenário político não inspirar certeza dos
522 prazos previstos previamente, como a disciplina estava fazendo falta, o curso resolvera abrir
523 processo seletivo simplificado para cobrir tal defasagem. Assinalou que a vaga de professor
524 substituto previa o regime de 40 horas e o contrato vigoraria por 2 anos. A presidente
525 retomou a palavra para esclarecer que o concurso poderia acontecer, no entanto, sem
526 nomeação no corrente ano devido às eleições. Retomando a palavra, a Profa. Marina
527 esclareceu que não haveria prova escrita, mas, tão somente a prova didática e os respectivos
528 pontos foram demonstrados, em razão de ter havido algumas alterações em comparação ao
529 concurso anterior. Acrescentou que a atribuição da pontuação seguira o modelo sugerido e
530 aprovado recentemente naquele colegiado, por ocasião do concurso de Segurança
531 Internacional. O Prof. Fábio Alexandre observou que os pontos não estavam numerados e
532 **ficou decidido que, por formalidade, a documentação seria impressa novamente com os**
533 **pontos numerados.** A Profa. Luciana encaminhou votação e **o processo seletivo**
534 **simplificado para professor substituto da área de Relações Internacionais, subárea**
535 **Regimes Econômicos Internacionais foi unanimemente aprovado.** Ela seguiu com o ponto:
536 **(9) Homologação de convênios com empresas para realização de estágios curriculares –**
537 Contextualizando a homologação individualizada de cada empresa conveniada para que os
538 contratos de estágios curriculares pudessem ser firmados, e, portanto, informou que aquele
539 procedimento se repetiria dali em diante. Explicou se tratar de nova regra da ProGrad que
540 repassava para os respectivos *campi* a necessidade de assumir a homologação dos contratos
541 de estágio com empresas que não estivessem contempladas por convênios com a Unifesp,
542 além de encaminhá-los para a Procuradoria. Encerrou dizendo que o novo procedimento
543 ainda carecia de regulamentação, porém, enquanto não estivesse totalmente descentralizado,
544 aquele tipo de convênio deveria ter sua aprovação submetida à homologação da
545 Congregação. Assim, para que os estudantes não perdessem oportunidades de estágio, os
546 memorandos aprovados *Ad Referendum* referentes às empresas: **(a) Canvas Capital S/A,**
547 **(b) Generalli Brasil Seguros, (c) OGI Outsourcing de Gestão Financeira Imobiliária,**
548 **(d) Renove Propaganda e Marketing Ltda, e (e) Safira Administração e**
549 **Comercialização de Energia Ltda,** foram projetados para apreciação dos membros e
550 **colocados em regime de votação, todos os convênios foram unanimemente aprovados.**
551 O Prof. Ricardo Bueno sugeriu que a Procuradoria fosse consultada, pois, achava bastante
552 provável que existisse um esquema “fast track” que pudesse acelerar esse procedimento
553 burocrático. A Profa. Luciana, então, introduziu o assunto seguinte e tratou da:
554 **(10) Alteração do Artigo 8º do Regimento da Câmara de Graduação EPPEN –** Explicou
555 ser uma sugestão dos alunos que não conseguiam atrair seus pares para exercerem a função
556 de representante discente na Câmara de Graduação, em razão do mandato ser de 2 anos.
557 Informou que a reivindicação era de redução do mandato para 1 ano, prorrogável por mais 1
558 ano, o que já tinha sido discutido e aprovado pela Câmara de Graduação. Colocada em
559 votação, foi **unanimemente aprovada a alteração do Artigo 8º do Regimento da Câmara**



560 **de Graduação EPPEN fazendo constar: “... mandato de 1 (um) ano, prorrogável por mais**
561 **1 (um) ano.”** Considerando a hora adiantada e a exaustão dos conselheiros que ainda
562 permaneciam na sessão, a presidente consultou sobre a necessidade de prosseguir com a pauta
563 e, não havendo a possibilidade de prejuízo ao 12º item, deliberou-se sobre o outro remanescente:
564 **(11) Layout de implantação dos departamentos –** Ponto adiado para a reunião seguinte.
565 **(12) Proposta PROEC sobre o campus Zona Leste –** A presidente explicou que em
566 conversa da Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Profa. Dra. Florianita Coelho Braga Campos,
567 com os diretores dos campi, havia sido feita a consulta sobre a possibilidade de os campi
568 liberarem servidores TAEs para trabalharem uma vez por semana nos projetos de extensão a
569 serem instalados no campus Zona Leste. Esclareceu que o campus ainda não tinha sido
570 inaugurado, não tendo adianta um corpo de servidores ou cursos em funcionamento, e
571 acrescentou que a atividade não seria remunerada e nem haveria qualquer ajuda de custo.
572 Compartilhou que a sua posição pessoal tinha sido contrária, justificando ser o campus
573 Osasco o menor e com quadro de servidores mais reduzido, além de ter considerado que os
574 departamentos estavam sendo instalados em situação de total desfalque. De qualquer forma,
575 o assunto deveria ser apreciado pelos conselheiros. O Prof. Fábio Alexandre quis ouvir a
576 opinião dos TAEs e estes responderam que receberam o edital, porém, não haviam
577 encaminhado qualquer discussão conjunta. O Prof. Julio também se mostrou contrário à ideia
578 pelos mesmos motivos apresentados pela presidente, além de julgar muito difícil que um
579 servidor lotado na região oeste da região metropolitana de São Paulo tivesse interesse em se
580 deslocar para o extremo leste. Completou destacando que a situação de Osasco, que contava
581 com mais docentes do que TAEs, diferia dos outros *campi* que tinham maior número destes
582 últimos. A Profa. Luciana lembrou que, durante a discussão com a pró-reitora, outros *campi*
583 manifestaram igual interesse. Ela chamou à atenção para o fato de Osasco também estar em
584 vias de inaugurar novo *campus* que, também, necessitaria de mais servidores. Acrescentou
585 que o servidor que aderisse ao projeto de extensão o faria sem ter sua carga de trabalho
586 reduzida no campus de origem. A Profa. Nena, inscrita, se disse contemplada pela fala da
587 presidente, pois, também se preocupava em ser uma decisão que poderia se tornar uma “porta
588 aberta” para pedidos da mesma natureza. A Profa. Ismara aventou que a Taline, sendo
589 moradora de Zona Leste poderia, eventualmente, ter interesse e ponderou que, mesmo em
590 caso positivo, haveria que ser consultar as possibilidades, visto que a servidora trabalhava em
591 regime 30 horas. O Prof. Bueno ponderou sobre a necessidade de se apoiar a expansão da
592 universidade, porém, sublinhou que o cenário era adverso. O professor se mostrou inclinado
593 a votar contrariamente, pois, defendia que as atividades institucionais deveriam ser realizadas
594 com garantia de recursos e condições mínimas de trabalho. Em seu entendimento, talvez, o
595 campus Zona Leste ainda carecesse de maior preparação antes de receber atividades que
596 necessitassem dos servidores. A Profa. Claudia Tessari assinalou que os projetos de extensão
597 poderiam contar com recursos de diversas naturezas. O Prof. Julio retomou a palavra e
598 revendo a situação, sugeriu não bloquear a possibilidade, ainda que remota, de algum TAE se
599 interessar e, ainda, de colaborar com o *campus* que já conduzia atividades de extensão.



600 Seguindo a proposta do professor, a presidente procedeu a votação e **por maioria dos votos**
601 **e 4 abstenções, ficou decidido que o campus Osasco disponibilizaria 1 vaga para**
602 **servidor TAE cumprir expediente, 1 vez por semana, em atividade de apoio aos**
603 **projetos de extensão no campus Zona Leste.** Cumpridos os itens da ordem do dia, com
604 exceção do ponto (11) sobre o *layout* dos departamentos que foi adiado para a reunião
605 seguinte, a Profa. Luciana agradeceu a presença dos conselheiros e convocou os
606 coordenadores para assinarem os documentos referentes aos concursos públicos que tinham
607 sido corrigidos. A sessão foi encerrada às 14h15min e eu, Maristela Bencici Feldman lavrei
608 esta ata.

609 Osasco, 05 de agosto de 2016.

610 _____
611 Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic

612 _____
613 Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa

614 _____
615 Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz

616 _____
617 Profa. Dra. Karen Fernandez Costa

618 _____
619 Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/05/08/2016/Ord.

620

621

Prof. Dra. Nena Geruza Cei

622

623

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda

624

625

Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira

626

627

Prof. Dra. Claudia Alessandra Tessari

628

629

Prof. Dr. Douglas Mendosa

630

631

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

632

633

Prof. Dra. Nildes Pitombo Leite

634

635

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/05/08/2016/Ord.

636

637

Profa. Dra. Cintia Rejane Möller de Araújo

638

639

Prof. Dr. Fábio Luiz dos Santos

640

641

Sr. Edmur Machado Silva

642

643

Sr. Ricardo Vieira Bertoldo

644

645

Sra. Rosângela da Silva Rocha

646

647

Luiz Henrique Costa da Silva

648

649

Maristela Bencici Feldman